

JH R

PARECER Nº 23/2025 DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº:20/2025

EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 2019, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA- PMDDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ORIGEM: PODER EXECUTIVO

I-RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, cujo conteúdo, em suma, objetiva alterar a redação dos arts. 4; 10 e 11 da Lei nº 2019, que instituiu o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE no Município de Ecoporanga/ES.

Esclarece o autor da proposição que a pretendida alteração visa aprimorar o PMDDE, programa que se destaca por descentralizar a gestão de recursos próprios destinados as necessidades da rede escolar municipal.

A matéria foi lida no expediente do dia 02 de junho de 2025, prosseguindo sua tramitação normal.

Na sequência do processo legislativo, foi a propositura encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 57, do Regimento Interno.

II- PARECER DO RELATOR

Verifica-se, inicialmente, a constitucionalidade formal do presente projeto de lei, conforme se observa do art. 30, l, da Constituição Federal, porquanto inexiste qualquer vedação que impeça lei municipal tratar da matéria aqui abordada.

Av. Milton Motta, 741- Centro - Ecoporanga-ES - Telefone: (027)3755-6900



Losel

follow he

ton Bibaino Calcleine



, 16 R-

A Lei Orgânica Municipal dispõe que é de iniciativa privativa do Prefeito lei que disponha sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal (art. 51, II, c).

Assim, a iniciativa do projeto, por tratar da reestruturação de programa da administração pública, este ligado à educação, notadamente respeita a competência privativa do Prefeito Municipal.

Vale consignar que as alterações pretendidas na Lei Municipal n° 2.019/2021, que instituiu o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE no Município, são pontuais e necessárias para adequar a realidade existente, ampliando a aplicação dos recursos financeiros, conforme proposta pedagógica das unidades escolares e planos de aplicação, de modo a garantir bem coletivo, promovendo a economia e eficiência administrativa.

Registre-se, por fim, não haver norma constitucional que proíba o Executivo local a tratar da matéria ora analisada, nem há elementos que permitam concluir que o proponente regulamentou a matéria de forma desproporcional e/ou arbitrária.

Portanto, o repasse direto de recursos às escolas é meio legítimo e eficaz de cumprir essa obrigação, de modo que a alteração quanto a aplicação dos recursos do PMDDE, possa permitir a ampliação e eficiência da gestão dos recursos educacionais, reforçar a gestão democrática das escolas e garantir maior celeridade na execução de despesas relacionadas ao funcionamento das unidades de ensino do município.

Por último cabe destacar que a descentralização de recursos diretamente para as escolas é compatível com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), reforçando a autonomia das unidades escolares e estimulando a participação da comunidade.

Portanto, não reside no presente projeto de lei nenhum vício formal ou material, estando o conteúdo do ato em sintonia com a constitucionalidade e demais parâmetros legais.

III-DA ANÁLISE TECNICA

fractiff like Bibring Calcleine





Quanto a redação do projeto de lei, verificou-se após análise detalhada que não houve alteração na redação do art. 10, §4º da lei 2.019/2021, permanecendo este artigo redação original.

A alteração pretendida refere-se somente ao texto do art.10, §1º e § 3º da lei 2.019/2021.

Por derradeiro quanto a inclusão do §3º, art. 4, denota-se que a redação do dispositivo, deve ser agrupada juntamente aos demais incisos do mesmo art.4, no qual dispõe sobre a forma como deve ser empregado os recursos do PMDDE, pelas unidades escolares.

Ante o exposto a fim de adequar sua redação à técnica legislativa adotada por esta Casa Legislativa, sugerimos as seguintes EMENDAS.

EMENDAS SUPRESSIVAS

01- Suprimi o §3º do art.1 do presente projeto de lei, que tem a seguinte redação:

§ 3º Os recursos do PMDDE, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados, também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias – UEx.

02- Suprimi o §4º do art.1 do projeto de lei com a seguinte redação.

§4° Os valores aplicados indevidamente serão restituídos pelo Conselho de Escola (Unidade Executora – UEx) responsável, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, devidamente atualizados na forma dos índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Municipal, na forma da legislação vigente.

EMENDA CORRETIVA

Inclui o inciso IX, no art. 4 do Projeto de Lei nº 20/2025 a seguinte redação:

IX- Pagamento de despesas cartoriais decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias-UEX

741- Centro - Ecoporanga-ES - Telefone: (027)3755-6900







Portanto, somos favoráveis ao Projeto de Lei n° 20/2025 com as EMENDAS SUPRESSIVAS E CORRETIVA ora apresentadas.

III- DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após analisarem o Projeto de Lei nº 020/2025, resolveram, à unanimidade, PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO COM EMENDAS SUPRESSIVAS E CORRETIVA.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2025.

ELITON RIBEIRO CALDEIRA

Relator

ERALDO DAS VIRGENS PATEZ

Presidente

JOVENTINO CAETANO DE OLIVEIRA

Secretário

